

## Luís Falcão nas Capitanias de Ormuz e Diu

O Oriente português durante o século XVI estava longe de ser um conjunto de possessões homogéneas. O exercício do poder era fluido, consoante os reinos eram inimigos ou aliados, e as pessoas eram também muito diferentes na maneira de exercer os cargos de que eram providas. Embora um dos objectivos, talvez o mais significativo para a maioria dos portugueses, fosse o enriquecimento rápido, nem todos tinham atitudes menos dignas como aquelas que Diogo do Couto, dum forma realista nos conta<sup>1</sup>. Contudo, como a presença portuguesa no Oriente não viveu apenas de actos heróicos, propomo-nos contribuir para o estudo dum figura cuja actuação como capitão de Ormuz e de Diu foi objecto de severas críticas por parte dos seus contemporâneos: trata-se de Luís Falcão.

Luís Falcão era um nobre dum família de origem inglesa, que no tempo de D. João I tinha vindo para Portugal no séquito da rainha D. Filipa: Mosen João Falcont casou com uma portuguesa e os seus descendentes ocuparam cargos importantes, tais como alcaides e bispos<sup>2</sup>. Alguns membros da geração dos avós de Luís Falcão foram para a Índia<sup>3</sup> e João Falcão de Sousa, seu pai, que teve três filhos legítimos de D. Cecília Mendonça, esteve preso no escalonamento de Tânger.

Desconhecemos a data de nascimento do futuro capitão de Ormuz e os primeiros passos da sua carreira militar, pois as

---

<sup>1</sup> *Diogo do Couto, O Soldado Prático*, Lisboa, Sá da Costa, 1980.

<sup>2</sup> João Falcão, Fernão Falcão e Gonçalo Falcão foram alcaides-mores de Mourão, sucessivamente, e D. Álvaro de Abreu foi bispo de Évora.

<sup>3</sup> João Falcão e Pascoal Falcão morreram solteiros na Índia, bem como Gonçalo Falcão, avô do futuro capitão de Ormuz.

primeiras notícias que se lhe referem dizem respeito aos seus feitos na Índia, onde deve ter chegado em 1528<sup>4</sup>.

No tempo do governador Nuno da Cunha, em 1530, quando se preparava a infrutífera tentativa de conquistar Diu<sup>5</sup>, concentraram-se as embarcações em Chaul<sup>6</sup> e, no intuito de saber o que se passava na Costa de Cambaia, partiram três fidalgos, de entre eles Luís Falcão, em três catures armados, que junto da ilha das Vacas lutaram com Hagamahumud, conseguindo matar um dos grandes inimigos dos portugueses<sup>7</sup>. Posteriormente, Luís Falcão parte na frota com destino a Diu<sup>8</sup>. Deste mesmo ano de 1530 data a primeira mercê régia outorgada por D. João III. Trata-se da possibilidade de trazer para o reino duas caixas forras quando regressasse<sup>9</sup>.

Em 1532, quando António de Oliveira, seu tio, foi desempenhar o cargo de capitão de Ormuz, Luís Falcão acompanha-o, passando a ser guarda-mor do rei de Ormuz<sup>10</sup>. Esta cidade, capital do reino do mesmo nome, vivia então alguns problemas políticos, nomeadamente relativos à sucessão dos monarcas, de que os portugueses estavam ao corrente, pelo menos desde 1507 quando Afonso de Albuquerque, capitão-mor do Estreito, por lá

---

<sup>4</sup> Em 1546, numa carta dirigida a D. Álvaro de Castro afirma: «nesta terra de dezoyto anos ha esta parte que hamdo nella». Cf. *Colecção S. Lourenço*, vol. 2, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1975, p. 121.

<sup>5</sup> De facto é no tempo de D. Nuno da Cunha que Diu se torna possessão portuguesa, mas, só em 1535, quando o sultão do Gujarat, Bahadur Shá, ameaçado pelo Grão-Mogol de Deli, pediu socorro ao governador da Índia dando em troca a fortaleza.

<sup>6</sup> Segundo Castanheda concentram-se em Chaul. Cf. *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, vol. 2, Porto, Lello & Irmão, 1979, Liv. VIII, cap. XXVIII, p. 609, enquanto Gaspar Correia defende que a armada se juntou em Goa. Cf. *Lendas da Índia*, vol. 3, Porto, Lello & Irmão, 1975, cap. XX, p. 390.

<sup>7</sup> Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, vol. 2, p. 609.

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, vol. 2, p. 611 e Gaspar Correia, *op. cit.*, vol. 3, p. 391.

<sup>9</sup> Luciano Ribeiro (pub.), *Registo da Casa da Índia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, n.º 137.

<sup>10</sup> Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, vol. 2, p. 647 e Gaspar Correia, *op. cit.*, vol. 3, p. 459.

passou<sup>11</sup> e conseguiu uma vitória da «artelharía portuguesa»<sup>12</sup>. Mas, no reinado de Sargol Xaa, filho dum monarca chamado Tun Xaa, houve bom entendimento com os portugueses. Depois de complicadas lutas familiares<sup>13</sup> Sargol Xaa, que esteve em Cochim por mandado de D. Nuno da Cunha, para evitar mais conflitos dinásticos, sucedeu a Turu Xaa, por morte deste, e concedeu a alfândega de Ormuz a D. João III. Faleceu em 1543, e logo em seguida o guazil, e outras pessoas do reino, mandaram pedir ao governador, Martim Afonso de Sousa, que enviasse o filho do monarca falecido, que estava em Goa, para herdar o reino. De facto assim aconteceu e Turu Xaa foi aclamado rei, solenemente, prestando, em seguida, menagem ao governador, dizendo que «*recebia aquelle reyno pera o ter e governar emquanto el rey de Portugal o ouvesse por bem*»<sup>14</sup>. Foi exactamente nesta data que Luís Falcão partiu para Ormuz, como capitão da fortaleza, na nau Santa Maria da Graça<sup>15</sup>, levando o novo rei para tomar posse do seu cargo.

Luís Falcão, fidalgo da casa de D. João III, tinha sido contemplado com a mercê da capitania da fortaleza de Ormuz, tendo o monarca tido respeito «*aos serviços que me Luys Fallquão fidalguo de minha casa que hamda na Imdia nas ditas partes tem feytos e comffiamdo delle que nisto me sirva bem e fielmente*»<sup>16</sup>. Ao receber esta mercê estava o fidalgo a receber 40 000 reais de ordenado e a aceitar duas condições: não ir para Chaul como

---

<sup>11</sup> *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, p. 203.

<sup>12</sup> Cf. Jean Aubin, «Cojearar et Albuquerque», in *Mare Luso-Indicum*, t. I, Genève/Paris, Librairie Droz, 1971, p. 99.

<sup>13</sup> Sobre a genealogia dos reis de Ormuz veja-se *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. 1, pp. 202 ss., e Diogo do Couto, *Da Ásia de Diogo do Couto, dos Feitos que os Portugueses Fizeram na Conquista, e Descobrimento das Terras e Mares do Oriente, Década V*, Lisboa, Régia Off. Typ. 1780, Liv. 10, cap. I, pp. 378 ss.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, p. 203 e Idem, *ibidem*, p. 387.

<sup>15</sup> Gaspar Correia, *op. cit.*, vol. 3, p. 10. B.P.E., Códice CXV/1-20, fol. 23v e Códice CXVI/1-39 n.º 23 referem que Luís Falcão partiu para o Oriente em 1538, como capitão da nau Graça, na armada de D. Garcia de Noronha, provido com a capitania de Ormuz.

<sup>16</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, Livro 40, fol. 51v e Luciano Ribeiro, *op. cit.*, n.º 318. A mercê foi dada em Lisboa a 8 de Março de 1540.

capitão e pagar as dívidas e descarregar a alma de Gonçalo Falcão morto pelos turcos em Diu: «*Luys Falequão alargara a capitanya de Chaul de que lhe tenho feyto merce (...) e era obryguado a pagar as dividas e comprir o descarguo da allma de Guomçallo Fallção seu irmão que hos rumes mataram na defemsão de Dyo quamdo ho tyveram cerquado*»<sup>17</sup>.

A capitania de Chaul nunca será ocupada por Luís Falcão, que tinha recebido tal mercê em 1538, pois, após os três anos que esteve em Ormuz, irá para Diu, enquanto Chaul será para António de Sousa: «*ey por bem que ho dito Antonyo de Sousa syrva a capitania da dita fortaleza de Chaul no tempo em que a ouvera de servyr o dito Luys Falleção*»<sup>18</sup>. É a decisão de D. João III, a 15 de Fevereiro de 1546, certamente influenciada pelas cartas que lhe chegavam com fortes críticas à actividade de Luís Falcão em Ormuz.

Ormuz era então uma cidade rica. Apesar do mau clima e da falta de água era, na expressão de Fr. Gaspar da Cruz «*antre todas as ricas terras da India hũa das mais ricas, pollas muitas e grossas fazendas que a ella vem de todas as partes da India e de toda Arabia, e de toda a Persia, ate dos Mogores, e ate Russia na Europa vi nella mercadores, e de Veneza*»<sup>19</sup>. Aliás esta opinião é também a de Fr. Gaspar de S. Bernardino que considera Ormuz «*rica e bem provida de todo o necessário, tendo o melhor e mais frequentado porto de gente estrangeira de todos os da India, onde continuamente estão nãos de várias nações*»<sup>20</sup>. Deste modo, a riqueza da cidade provinha do comércio, pois todas as mercadorias transaccionadas entre a Índia, a Pérsia e a Arábia tinham que passar pela alfândega de Ormuz. Esta situação leva Fr. Gaspar da Cruz a escrever: «*dizem os moradores Dormuz, que todo ho mundo he hũ anel e Hormuz he ha pedra delle. Pollo*

---

<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, Liv. 31, fols. 14-14v e Liv. 40, fol. 51.

<sup>19</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tratado em que se Contam muito Estenso as Cousas da China com suas Particularidades e Assi do Reyno d'Ormuz*, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1829, p. 189.

<sup>20</sup> Fr. Gaspar de S. Bernardino, *Itinerário da Índia por Terra até à Ilha de Chipre*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953, p. 124.

*que comunmente se diz, que ha Alfandega Dormuz he hũ cano de prata que continuamente corre»*<sup>21</sup>.

A principal mercadoria que chegava à cidade eram cavalos, árabes e persas, indispensáveis para a guerra, que depois se distribuíam por todo o Malabar e demais regiões da Índia, além de aljôfar, salitre, enxofre, seda, sal, frutas, trigo e outros produtos para abastecer a própria cidade; enquanto os produtos exportados eram sobretudo as especiarias (pimenta, cravo, gengibre, canela)<sup>22</sup>.

É neste ambiente que Luís Falcão vai actuar. Pouco depois da sua chegada recebe as boas vindas de Belab Mahamed Baxaa, rei de Baçorá: *«que a sua chegada seja em mui boa ora e pera acrecentamento e nobreza da terra desta minha bamda de quaa (...) desejo muito ver da sua parte sempre muitas cartas e bõs recados porque prezamdo a Noso Senhor tenho nelle esperança que sempre com ele avera muita paz e sosego comcordia e descamsõ»*<sup>23</sup>. Mas, apesar dos votos de Belab Mahamed Baxaa, Luís Falcão não teve muita paz, sossego, concórdia nem descanso, nem o fez ter aos outros.

Em Setembro de 1545 pede a D. João de Castro que o deixe ir tomar uma cidade junto de Calaiate por ser bastante rica, ajudar à sujeição de toda a Arábia e aumentar o número de cavalos que, após a conquista, passariam a afluir à Índia: *«tomãodo-se Amão fica toda Arabia sugeyta ha este regno (...) além de poderem ir mais de quinhentos cavalos da Imdia»*<sup>24</sup>. A justificação da guerra e o orçamento também são apresentados pelo capitão da fortaleza que lembra a D. João de Castro o facto de, anos antes, serem pagas páreas ao rei de Ormuz, coisa que ao presente não acontecia. O número de homens e a quantia monetária para tal empreendimento, traduzia-se na expressão de Luís Falcão em *«quatrocentos hou quinhentos portugueses dous mil frecheyros parcios e tres hou quatro mil arabios e crea vosa*

---

<sup>21</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *op. cit.*, p. 189.

<sup>22</sup> Cf. *Suma Oriental de Tomé Pires*, Leit. e notas de Armando Cortesão, *Acta Universitatis Conimbricensis*, 1978, pp. 149 e 201.

<sup>23</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 93.

<sup>24</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 3v.

senhoria que com esta jemte se pode por toda esta Arabia ate Adem sem ho ninguem poder defemder»<sup>25</sup>. Para fazer face à despesa o guazil pediria emprestados a D. João de Castro dez mil pardaus da alfândega de Ormuz e duzentos leques de páreas ao rei<sup>26</sup>, lembrando Luís Falcão ao então governador que com tal conquista lhe adviria muita honra e que o rei ganharia também honra e proveito.

Luís Falcão pede esta mercê a D. João de Castro depois de ter tomado Catifa: «*Catifa fiqua ja por el rey d'Ormuz e quiz Noso Senhor fazer muy gamde merce hem se tomar por quamto comprya ha este reyno*»<sup>27</sup>. De facto, a tomada desta fortaleza realizou-se com a ajuda de Bernardim de Sousa após Ormuz estar livre do perigo dos turcos. No final do período de governo de Martim Afonso de Sousa parecia confirmada a vinda dos turcos a Ormuz. Face ao perigo, Luís Falcão pediu socorro, que lhe foi concedido pelo governador, partindo então Bernardim de Sousa e Jorge de Sousa, seu irmão. Oito dias após a chegada dos reforços à fortaleza chegou também a notícia que os turcos não se dirigiam a Ormuz. Livre de perigo, aproveitou Luís Falcão os recursos humanos e materiais e recuperou Catifa que há seis anos tinha sido tomada a Ormuz pelo Xequé Mana, rei de Lara<sup>28</sup>.

Os turcos eram uma ameaça constante devido à situação geográfica de Ormuz; por isso o capitão escreve a D. João de Castro acerca da necessidade da fortaleza estar sempre bem fornecida de munições e bem reparada. Logo em 1544 Luís Falcão dá conta das primeiras obras: «*Eu fiz hum baluarte que cerqua ha ygreja desta fortaleza em derrador o qual tem quimze palmos de muro e quimze d'emtulho e seis mais que tinha a parede velha. Fica em trimta e seis que he cousa emposyvel bater-se nem derribar-se porque a batarya que tem de terra he mui lomge porque*

---

<sup>25</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 3v.

<sup>26</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 3v.

<sup>27</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 3v.

<sup>28</sup> ANTT, Gav. II, m. 10, doc. 17, in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 1, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, p. 916 e também ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 1v.

*a do mar pouco ha receio*»<sup>29</sup>. Nos anos seguintes as obras continuaram passando pelas vicissitudes da falta de dinheiro. Em 1545, quando faltou numerário a D. João de Castro: «*foy necessaryo levarem mão das obras que se fazião sendo tam necessaryo fazerem-nas*»<sup>30</sup>, conta Luís Falcão, enquanto no ano seguinte calculava-se em seis ou sete mil pardaus o dinheiro necessário à conclusão das referidas obras, o que Luís Falcão comunica a D. João de Castro com algum radicalismo: «*compre tanto ser esta fortaleza forte que ainda que vosa senhoria tenha muyta necesydade de dinheiro has devya de mãodar fazer e compre tanto ha toda a Imdia segurar-se esta fortaleza que se devya tomar a prata has igrejas e quando não abastase fazer-se hum pyditoryo geral porque muyto mays justo sera pera tall obra que pera casar hũa infamta*»<sup>31</sup>.

Nem só as fortificações eram importantes para a defesa, a pólvora e o dinheiro eram complementos indispensáveis para fazer face à ameaça turca, sempre presente, que colocava em perigo não só Ormuz como toda a Índia: «*deve-lhe vosa senhoria de alembrar quanto compre ha serviço de sua alteza e a seguramça de toda ha Imdia defemder-se esta fortaleza poys tam perto tem hos imyguos porque d'Alem hem oyto dias podem aquy ser*»<sup>32</sup>, lembra Luís Falcão a D. João de Castro. A pólvora e os barcos eram também importantes meios de defesa que, no testemunho de Luís Falcão, não abundavam em 1545: «*Esta fortaleza tem muita necesydade de ha vosa senhoria sempre prover de polvora porque ela não se guasta qua tam somente nesta fortaleza mas hem houtras muitas que este reyno tem e hem muitos navios que cada dia e cada hora he necessaryo mãodar fora (...) destas fustas e catures que qua avya não ham mays que dous (...) todos velhos e podres que já não prestão pera nhũa cousa porque lhe não podem fazer nhũm corregimento que não custe mais que fazer-los de novo*»<sup>33</sup>. O dinheiro e o exercício do poder,

---

<sup>29</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, parte 1, m. 75, doc. 104.

<sup>30</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 12.

<sup>31</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 32.

<sup>32</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 12v.

<sup>33</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 8v.

fontes de conflito com o feitor, serviam também para a defesa. Luís Falcão lembra várias vezes a D. João de Castro que para defender Ormuz necessitava de mais poderes: «*ha-me de dar mais poderes do que tenho porque hos capitames passados que aquy estiverão não herão houlheyros desta fortaleza como eu soo mas reys e guovernadores desta terra*»<sup>34</sup> e também de dinheiro, inclusivamente para ter bons servidores que cumprissem as ordens: «*isto senhor não se faz sem dinheiro porque os homens não se podem manter com seu soldo e mamtimento quamto mais que hay muitos fidalguos e cavaleyros que não tem moradia nem soldo del rey*»<sup>35</sup>.

As questões relativas a dinheiro levam-nos às más relações entre Luís Falcão e o feitor de Ormuz. Quando em 1544 o novo capitão tomou posse, o governador Matias de Sousa escreveu-lhe chamando a atenção para a necessidade de favorecer o guazil, feitor e oficiais da alfândega: «*ey por bem e vos mamdo que em todo o tempo que as ocupações da fortaleza vos desse lugar pera poderdes hir ao despacho d'Alfandegua dese reyno que vos o façais e ajudeis e favoreçaes ao guazil e feitor e officiaes que nela estão*»<sup>36</sup>.

Tal não parece ter sido a atitude de Luís Falcão, que escreve mais de uma vez a D. João de Castro fazendo queixas do feitor, considerando que este mentia quando afirmava não ter dinheiro: «*heu ja não poso sofrer dizer-me cada dia o feytor que não tem dinheiro quamdo lhe mào do pagar ha hūm lascarym ho que vemse nesta fortaleza e a isto não ha que responder senão calarse pois lhe não poso tomar comta de cem mil cruzados se ho remde esta alfamdegua*»<sup>37</sup>. Luís Falcão chega, inclusivamente, a pedir autorização para castigar o feitor quando este se recusasse a pagar, pedindo uma provisão a D. João de Castro: «*mãodar-me provisão pera de cada ves que me dixer que não tem dinheiro ho poder mãodar meter no tromquou*»<sup>38</sup>. As queixas

---

<sup>34</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 7v.

<sup>35</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 7v.

<sup>36</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 65.

<sup>37</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 7.

<sup>38</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 7v.

parecem ter tido efeito pois na carta seguinte Luís Falcão declara: «*Vosa senhoria pos tamanhos medos ao feytor he juro nelle tamtas juras que se lhe não moadase dinheyro que ha menos pena que lhe dese avya de ser asado numas grelhas*»<sup>39</sup>.

Mas D. João de Castro mostra desconfiança face a Luís Falcão, o que leva o capitão de Ormuz a pedir a intercessão de D. Álvaro de Castro e a escrever cartas pedindo desculpa por vários mal-entendidos, declarando-se vítima de injúrias e da acção dos inimigos e fiel servidor do futuro vice-rei.

Luís Falcão declara em várias cartas que é mau mercador<sup>40</sup> e que não é rico, antes pelo contrário: «*eu não tenho tamto [dinheiro] que não fose obra pia tirarem hamtes por esta cidade piditoryos pera mym que pera cativos*»<sup>41</sup> o que não é verdade pois como afirma Gaspar Correia, «*trazia muyto dinheiro*»<sup>42</sup> de Ormuz quando foi para Diu. E parte desse dinheiro não foi obtido duma forma lícita, pois Luís Falcão, e alguns dos seus criados, foram apanhados a traficar pimenta e enxofre.

Em 1545 D. João de Castro deve ter-se queixado das despesas da fortaleza e do rendimento obtido pela alfândega pois Luís Falcão escreve duma forma peremptória: «*devya-se de comtemtar com cem mil cruzados que hos cavalos que de qua vão remdem porque ho dinheiro desta alfamdegua ha myster para hos guastos desta fortaleza*»<sup>43</sup> comparando em seguida a situação e gastos de Ormuz com os de Diu. Algum tempo depois o governador voltou a insistir, o que suscitou réplica do capitão: «*Vosa senhoria diz na sua carta que remde esta alfamdegua cem mill pardaos, he esta fortalleza não da mays de trimta e os hembayxadores honze; se asy fora como la dizem a vosa senhoria rezão tinha de se aqueyxa de mym e de moadar hatazanar ho feytor*»<sup>44</sup>. Justificando que o rendimento da alfândega tinha decaído em virtude dos problemas com o rei de Cambaia, que não tinha permitido

---

<sup>39</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 12.

<sup>40</sup> Cf. ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fols. 4 e 7.

<sup>41</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 7 v.

<sup>42</sup> Gaspar Correia, *op. cit.*, vol. 3, p. 622.

<sup>43</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 12 v.

<sup>44</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 30.

comerciar anil, bem como do perigo da ameaça turca que tinha afastado muitos mercadores. D. João de Castro não acreditou e, possivelmente tendo informações de outras pessoas, mostrou o seu desagrado, de tal modo que Luís Falcão teve que, no ano de 1546, desculpar-se: «*se vosa senhoria recebeo allgum desprazer fasa-me tamanha merce que me queyra perdoar ho desguosto que lhe diso dey porque asas de pena he pera mym saber que lho dey*»<sup>45</sup>. Perante esta situação o capitão de Ormuz pede ajuda a D. Álvaro de Castro, a quem escreve duas cartas onde se declara inocente das acusações que lhe são feitas: «*faça tanha merce que de a sua senhoria esa carta minha com esa provysam e nela vera a culpa que tenho e se esa nam abastar ai esta vosa merce pera m'aver de mais perdam que eu tenho que ate gora nhũa cousa tenho pecado senam contra Deus*»<sup>46</sup>. Alguns dias depois volta a escrever a D. Álvaro de Castro enumerando os agravos que D. João de Castro lhe tinha feito e declarando que os escrevia por não serem segredos, ao contrário do que D. Paio de Noronha, que era capitão da armada que ia da Índia para Ormuz, tinha dito, considerando também que apesar dos prejuízos que sofrera o maior agravo que sentia era o facto de na Índia se comentar que D. João de Castro não era seu amigo e que ele não era servidor do futuro vice-rei. As queixas de Luís Falcão dizem respeito à não confirmação de várias mercês feitas por Martim Afonso de Sousa; nomeadamente privou-o de cem quintais de gengibre e da possibilidade de poder mandar vinte cavalos a Benguela e quarenta a Chaul, bem como de seiscentos pardaus de mercê para ajuda dos gastos e mesa<sup>47</sup>. Considera ainda injustificadas as acusações de fazer mercês sem autorização e sente-se bastante ofendido por D. João de Castro ter dado um seguro da sua pessoa ao escrivão do ouvidor «*cousa que nunca*

<sup>45</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 69.

<sup>46</sup> *Colecção de S. Lourenço*, vol. 2, pref. e notas de Elaine Sanceau, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarino, 1975, p. 117.

<sup>47</sup> Luís Falcão, e outros fidalgos, davam mesa, cumprindo ordens do então governador Martim Afonso de Sousa, que participava as despesas enviando dinheiro para ajudar aos gastos. Diz Gaspar Correia, *op. cit.*, vol. 3, p. 286 que tais mesas, em 1543, eram como de estalajadeiros, bastante inferiores às que anos antes eram dadas por outros fidalgos à sua própria custa.

se deu senão por causas muy grandes hou de pessoas que he pubryco e voz e povo serem matadores e aguazalhadores de omyzyados»<sup>48</sup>. Por último Luís Falcão afirma não compreender as devassas que às suas escondidas se tiraram, pois considera-se uma pessoa pouco ambiciosa: «eu sou pouco cobyçoço e sey que tenho mays do que hey myster para vyver»<sup>49</sup>, opinião contrária a outra expressa anteriormente.

Realmente D. João de Castro teve informações das atitudes incorrectas de Luís Falcão através do vedor da fazenda Simão Botelho, encarregado da inspecção das fortalezas, que lhe comunica o envolvimento do capitão de Ormuz e de alguns dos seus criados no trato da pimenta: «achei culpadas no trato da pimenta e drogas (...) muitas pessoas em jerall e alguns criados de Luis Falcão, dos quaes são dous ou tres mortos»<sup>50</sup>. Luís Falcão era o principal culpado, bem como um seu sobrinho e um feitor chamado António Mendes, no trato da pimenta e do enxofre, escreve D. João de Castro a D. João III<sup>51</sup>.

Deste modo, no final do tempo em que serviu a capitania de Ormuz, as relações entre D. João de Castro e o capitão eram tensas e se em 1545 Luís Falcão se declarou farto de Ormuz «muito mais desejo de me ir desta terra do que hos outros capytames lhe rezou d'aleyxar»<sup>52</sup>, em 1546 a situação teria atingido o auge, chegando a correr o risco de ser preso. No entanto nem sempre tinha sido assim. Pelo menos conhecem-se atitudes de Luís Falcão no sentido de agradar a D. João de Castro, nomeadamente algumas delicadezas como o envio de fruta<sup>53</sup> e de livros<sup>54</sup>, estes últimos a pedido do próprio governador. O capitão de Ormuz chega a pedir mercês para terceiros, como em

---

<sup>48</sup> Colecção S. Lourenço, vol. 2, p. 120.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 120.

<sup>50</sup> «Cartas de Simão Botelho», in *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, (dir.), Rodrigo José de Lima Felner, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1868, p. 20.

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*, p. XXV.

<sup>52</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 9.

<sup>53</sup> Cf. Colecção S. Lourenço, vol. 2, p. 126.

<sup>54</sup> D. João de Castro pede a Luís Falcão, por intermédio de Aleixos de Carvalho, que lhe envie Alexandre em pérsio. O capitão de Ormuz envia-lhe a

relação ao escrivão da alfândega Fernão d'Alvarez de Andrade para quem pede «*quatro leques de quyta de sua fazemda*»<sup>55</sup>.

No meio desta vida agitada acaba também por ganhar inimigos que dele fazem queixa ao rei e que o tentam prejudicar, possivelmente como retaliação de anteriores agravos. Francisco de Caminha lembra essa situação a D. João de Castro, dizendo-lhe que o ouvidor geral era inimigo de Luís Falcão, e portanto, suspeito nas suas opiniões<sup>56</sup>. Manuel de Boim, filho de Miguel de Boim moço da câmara de D. Manuel, acompanhou de perto o capitão de Ormuz, sentindo-se agravado por estar na Índia há oito anos sem receber qualquer mercê régia, queixa-se a D. João III das atitudes de que tinha sido vítima salientando os actos fraudulentos de Luís Falcão, que o tinha despojado da sua fazenda: «*ele me tomou quanto eu tinha e a bem diso me fez muitos agravos pelos quais determyno de esprever a dizer tudo aquilo que ele em capitão fez mal feyto (...) primeiramente em ho navio que mandou a Bemguala mandou trazer de Cochim corenta baries de pimenta e mãodou-a levar a Baçora e (...) em Baçora lhe vemdeo Bastião da Costa que la hera seu feitor*»<sup>57</sup>. Em seguida cita os nomes dos criados de Luís Falcão envolvidos no tráfico<sup>58</sup> e dá outros exemplos de negócios com a pimenta, um dos quais quando Simão Botelho estava em Ormuz.

O comércio ilegal que envolvia não só Ormuz como outros pontos, nomeadamente Baçorá, talvez justifique, em parte, o interesse de Luís Falcão por este porto. Em Janeiro de 1546 escreve a D. João de Castro informando-o de que os turcos estavam a construir uma fortaleza em Zaquia, local próximo e inimigo de Baçorá. Considera tal construção como um perigo menor mas podia ter como objectivo a tomada de Baçorá, o

---

obra, bem como outras histórias e comenta: «*la lhe mãodo haimda que has espritas destes mouros tenho-as por menos ausentes que as nosas*». Cf. ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 45.

<sup>55</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 38.

<sup>56</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 13.

<sup>57</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, parte 1, maço 79, doc. 111.

<sup>58</sup> De entre eles Antonio Carylho, Gonçalo Ferreira, João de Bragua, Braz Dominguez, Bastião da Costa e Francisco de Almeida, os dois últimos feitores em Baçorá e Goa, respectivamente.

que punha em risco o domínio do Estreito<sup>59</sup>. Meses mais tarde, em Setembro, volta o governador a ser informado da situação. Tinha-se por certa a tomada de Baçorá pelos rumes, que se estavam a preparar para o ataque. A opinião de Luís Falcão é taxativa: «*meu pareser neste negoceo hera ajudar ell rey de Baçora contra esta ruym gemte e ver se se lhe pode tomar hesa fortaleza que tem feyta porque ir ell rey de Baçora por terra e quatrocentos ou quinhentos purtugueses por mar nom avera ahy duvida em lha tomarem*»<sup>60</sup>. O reduzido número de homens justificava-se pela pouca gente com que a fortaleza estava provida e pela fraca construção de terra e adobe. Baçorá foi efectivamente tomada pelos rumes, dando logo problemas devido ao novo posto de apoio turco que atacava vários lugares. O novo rei escreveu a Luís Falcão prometendo amizade e paz e pedindo que não suspendesse o comércio, comprometendo-se a guardar os antigos costumes, mas, ao que parece, Luís Falcão respondeu «agradamente», não estando de acordo com as propostas do turco<sup>61</sup>.

Apesar das cartas de Luís Falcão tentarem iludir D. João de Castro, o governador nunca se deixou ludibriar. Como vimos, soube do envolvimento no trato da pimenta e do enxofre e fê-lo capitão de Diu em vez de o castigar e enviar para Portugal sob prisão. A capitania de Diu foi não uma mercê como poderia parecer mas um castigo. Basta lembrar que a fortaleza de Diu tinha sofrido um cerco bastante difícil e estava praticamente destruída. A vitória de D. João de Castro frente aos turcos teve bastante repercussão, inclusivamente na Europa, e levou D. João III a conceder-lhe o título de vice-rei, sendo um dos feitos mais notáveis no período do seu governo. O próprio Luís Falcão escreveu-lhe uma carta na qual o felicita pela vitória e o conforma pelas mortes do filho e dos amigos: «*ha quall [vitória] se lhe não*

---

<sup>59</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 36.

<sup>60</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 458v. Sobre as preocupações acerca da tomada de Baçorá veja-se também ANTT, *Colecção S. Lourenço*, vol. IV, fol. 496 ou cópia na Biblioteca Nacional de Lisboa, Caixa 207, n.º 37 e Caixa 206, n.º 200. Outro documento importante existe na Biblioteca da Ajuda, *Índia Portuguesa, Avisos sobre Baçorá*, 51-VII-19, fols. 309-309v onde Luís Falcão chega a afirmar que Baçorá «he ha melhor terra que ha no mundo».

<sup>61</sup> Gaspar Correia, *op. cit.*, vol. 3, p. 524.

*deve dar por este nome, senão remyção de toda ha Imdea, porque Noso Senhor não fez mais pollo seu povo de Ysraell, nem lhe mostrou mayor amor nas vytoreas que lhe deu de seus imiguos, do que foy esta (...) deve-lhe dar por ella muytas graças e deve-se d'aver pollo bem aventurado homem do mundo, e nom lhe deve d'allebrar morte de filhos nem de parentes nem amyguos em comparação de tamanha vytorea e merce que lhe Deus faz»*<sup>62</sup>. Nesta altura ainda Luís Falcão ignorava que iria ocupar o cargo de capitão de Diu.

Diu disfrutava de uma situação estratégica que permitia fazer face às armadas turcas, sendo simultaneamente o melhor porto da região de Cambaia. Embora não produzisse mantimentos, os quais vinham de Baçaim, Chaul e Damão, aí podiam adquirir-se por baixos preços<sup>63</sup>. Mas, em 1546 a situação era bastante má. A cidade estava destruída e, após as violências da guerra tinha sido saqueada pelos soldados num acto também, violento: «*Os soldados entravam nos desertos / Aposentos, metendo tudo a sacco. / Carregados vem todos de riquezas / De preço, e de valor raro no mundo. / Hūs levam fina roupa, outros brocado: / Outros sedas de cores diferentes: / Outros a quem a fortuna foy mais prospera / Trazem fermosa e rica pedraria*»<sup>64</sup>. Após a vitória havia necessidade de reconstruir as torres e os baluartes que estavam por terra e todo o resto das fortificações de modo a tornar a cidade de novo segura e a vida quotidiana poder voltar à normalidade<sup>65</sup>. Não era tarefa fácil, e nenhum nobre quis aceitar a capitania de Diu, enquanto D. João de Mascarenhas queria regressar ao reino. Entretanto acaba o tempo de Luís Falcão em Ormuz, sendo substituído por D. Manuel de Lima. Luís Falcão vem para Goa e com D. João de Castro foi queimar Pondá<sup>66</sup>,

<sup>62</sup> ANTT, *Colecção S. Lourenço*, vol. IV, fol. 505.

<sup>63</sup> Lopo de Sousa Coutinho, *História do Cerco de Diu*, Lisboa, Mello d'Azevedo Ed., 1890, pp. 61-62.

<sup>64</sup> Jerónimo Corte-Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu estando dom Joham Mazcarenhas por Capitam da Fortaleza anno de 1546*, Lisboa, Off. de Simam Thadeo Ferreira, 1784, canto XVIII, p. 293.

<sup>65</sup> Sobre os estragos sofridos por Diu veja-se António de San Roman, *História da Índia Oriental*, Lisboa, Off. Antonio Rodriguez Abreu, 1672, pp. 627 ss.

<sup>66</sup> Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, vol. 3, p. 622.

após o que lhe foi feito requerimento para tomar a capitania de Diu. Foi a maneira mais certa para castigar Luís Falcão, na perspectiva de D. João de Castro que escreve a D. João III a dar a notícia: «*Lois Falcão e hum seu sobrinho e hum Antonio Mendes, que foi seu feitor, sam culpados na devassa jeral que mamdo tirar sobre as pesoas que tratam em pimemta e emxofre, e em vez dos castigar e os mandar presos a vosa alteza, fiz Lois Falcão capitam de Dio, e os outros culpados mamdo estar servimdo vosa alteza na fortaleza*»<sup>67</sup>.

Luís Falcão viu-se na obrigação de aceitar; era rico<sup>68</sup>, tinha necessidade de retratar-se, e as palavras de D. João de Castro devem ter sido convincentes. Diogo do Couto afirma que o governador lhe mostrou ser um modo de se retratar das culpas e de servir o rei num serviço que todos os outros nobres tinham recusado ao que Luís Falcão teria respondido que '*estava muito prestes para servir a El rey assim naquillo, como em tudo o mais que lhe mandasse*'<sup>69</sup>.

Mas, em Diu, o curto período em que foi capitão não foi pacífico. Luís Falcão não colocou o seu dinheiro ao serviço da cidade e os conflitos não se fizeram esperar. Por outro lado, a necessidade de efectuar obras, dar mesa, assegurar a chegada dos navios e vigiar o inimigo foram preocupações constantes paralelas às negociações sobre as pazes de Cambaia, efectuadas por António Mendes de Castro.

Como vimos, a fortaleza de Diu estava destruída havendo necessidade de obra de reconstrução, tarefa na qual Luís Falcão parece bastante empenhado: «*hamdo desejoso de fazer obras nesta fortaleza que hey por hymjurea allevar-me nymguem a vemtagem no trabalho*»<sup>70</sup>. Dias depois volta a escrever a D. João de Castro informando-o do andamento do trabalho: «*amanham com ajuda de Noso Senhor se acabara d'alimpar o baluarte de todo e day para diante andara Antonio Mendez rabiscando algumas pedras que fiqarem ao longo desa praya por yso vosa senhoria*

---

<sup>67</sup> ANTT, *Colecção S. Lourenço*, vol. V, fol 96.

<sup>68</sup> Gaspar Correia, *op. cit.*, vol. 3, p. 622, Diogo do Couto, *op. cit.*, p. 399.

<sup>69</sup> Diogo do Couto, *op. cit.*, p. 399.

<sup>70</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 38, fol. 11.

*veja onde manda que comecemos outra obra porque esta da por acabada»*<sup>71</sup>.

Após a vitória alcançada não se recompôs de imediato a afluência de barcos ao porto. Conta Gaspar Correia que as poucas embarcações que ali chegavam descarregavam rapidamente e saíam<sup>72</sup>. Desta situação também são testemunhas as cartas do capitão de Diu para D. João de Castro onde este afirma que sente falta do galeão que sabe irá chegar em breve, pedindo a mercê de serem enviados alguns catures para obrigarem algumas naus a chegarem a Diu<sup>73</sup>. Os catures serviam para dar caça às naus dos mouros: *«has naos que achassem hou tomasem has trouxesen ha este porto e quamdo ho não podessem fazer que has queymasem»*<sup>74</sup>. Tal não aconteceu no início de Fevereiro de 1548 e Luís Falcão queixa-se a D. João de Castro que os homens tinham vendido a presa e repartido o dinheiro, encontrando-se presos em Diu até lhe ser enviada alguma ordem. Devido aos catures não estarem aptos a navegar mais cedo tinham passado mais duas ou três naus com destino ao Estreito.

A desobediência às ordens de Luís Falcão era o resultado das privações que então se viviam em Diu: *«Parece-me que ha callydade desta fortalleza he não terem nunca hos capytaes della dinheiro»*<sup>75</sup>. Esta situação não era admirável, basta pensar que D. João de Castro necessitou de pedir um empréstimo a Goa devido ao cerco de Diu, e o desespero dos homens que ali serviam também é compreensível. Tinham vivido uma guerra penosa finda a qual não puderam sair pois apenas D. João de Mascarenhas e os seus criados puderam abandonar a cidade<sup>76</sup>. O dinheiro não abundava, levando a conflitos entre o capitão da fortaleza e a população ao fim de poucos dias. Efectivamente, Luís Falcão não pagava aos soldados ao mesmo tempo que ninguém podia sair. Os homens sentiam-se como degredados e protestavam.

---

<sup>71</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 38, fol. 16.

<sup>72</sup> Gaspar Correia, *op. cit.*, vol. 3, p. 623.

<sup>73</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 38, fols. 8-8v.

<sup>74</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 38, fol. 14v.

<sup>75</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 38, fol. 14v.

<sup>76</sup> Gaspar Correia, *op. cit.*, vol. 3, p. 623.

Gaspar Correia conta o caso dum lascarim que lhe fez severas críticas considerando-o culpado da mísera situação em que se encontravam: «*vos capitão tendes a culpa dos padecimentos dos pobres homens, porque pera terdes merecimentos ante El Rey pera vos fazer mercês, aceitaes as capitánias das fortalezas (...) sem vos lembra que a gente que n'ellas esta ha de comer e gastar*»<sup>77</sup>. Luís Falcão concordou com tais afirmações, certamente para evitar uma revolta, mas escreveu a D. João de Castro, que castigou o lascarim mandando cortar-lhe a mão direita<sup>78</sup>.

Enquanto isto, Luís Falcão advertia o governador da necessidade de enviar dinheiro a Diu e das precauções que tinha tomado face à eventual fuga de homens em massa, pois já tinham fugido cinco, pedindo que lhe fossem enviados alguns de confiança que ajudassem à vigia<sup>79</sup>. D. João de Castro, já doente, enviou 150 homens para a fortaleza e algum dinheiro, sete pardaus por homem, quantia que não chegava para o vestuário e ao que parece os homens «*nom tinhamo huma camisa para vestir*», no testemunho dum cronista<sup>80</sup>.

Em Abril de 1548 terão chegado vinte e cinco pardaus para o pagamento dos soldados, mas tal quantia era insuficiente para o número dos que deveriam receber<sup>81</sup>. Por outro lado, havia também «*mais de cem omens sem terem que nos agasa-lhe*»<sup>82</sup> pois as mesas dadas em Diu não chegavam para todas as pessoas, enquanto os alimentos não eram demasiado abundantes, levando Luís Falcão a elaborar um rol do que havia recebido e do que ficava no armazém. As necessidades de numerário abrangiam todos, pois até a Misericórdia de Diu necessita de ajuda, para «*os doemtes serem curados e remedeados como agora sam*»<sup>83</sup>.

Paralelamente a estes graves problemas havia que estabelecer as pazes com Cambaia, porque só com tal situação poderia

---

<sup>77</sup> Idem, *ibidem*, p. 623.

<sup>78</sup> Idem, *ibidem*, p. 631.

<sup>79</sup> Idem, *ibidem*, p. 636.

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*, p. 637.

<sup>81</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 38, fol. 25 v.

<sup>82</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 38, fol. 26.

<sup>83</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 38, fol. 25 v.

haver remédio para a miséria e necessidade que se padecia<sup>84</sup>. Em 1547 Luís Falcão mandou prender todos os guzarates de Cambaia que viviam em Ormuz, mandando privá-los dos seus bens, o que provocou enormes convulsões e uma carta de el rei Turu Xaa a D. João de Castro pedindo que tais pessoas, que nenhuma culpa tinham, fossem libertas e pudessem reaver as fazendas<sup>85</sup>. Mas, em 1548, procurava-se entendimento e o negociador, António Mendes, «*vyo nestes mouros parecer que se fara a paz de muita avemtage do que se aquy fara com esses caes*»<sup>86</sup>, o que não impediu muitos insultos entre o negociador português e indiano<sup>87</sup>, paralelamente a presentes enviados ao rei de Cambaia. Esses presentes deveriam ser, na perspectiva de Luís Falcão, um par de cavalos: «*he nesecaryo levar Antonio Mendez algũ presente que deve de ser hum par de cavalos e se neste Bacaym hos nam ouver eu os tenho muito bõos*»<sup>88</sup>. A paz foi, de facto, estabelecida, não sem previamente D. João de Castro ter repreendido Luís Falcão por abuso de autoridade, acusando-o de estar a conduzir as negociações sem atender a alguns limites impostos. O capitão desculpou-se, considerando que tinha cumprido as ordens e que o resto eram calúnias: «*e se halguem dise o contrayro a vosa senhoria eu lhe farey confesar que falo mais verdade que ele*»<sup>89</sup>.

Mas nem tudo são preocupações e conflitos. Numa carta em que Luís Falcão declara que ainda não teve necessidade de gastar

<sup>84</sup> Francisco de Andrade, *Crónica de D. João III*, Lello & Irmão, 1976, parte IV, cap. XXIV, p. 953.

<sup>85</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 101v.

<sup>86</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 38, fol. 20 e também as opiniões de Simão Botelho pub. in *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Lisboa, Typ da Academia Real das Sciencias, 1868, p. 16.

<sup>87</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 38, fol. 21.

<sup>88</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 38, fol. 20. A afirmação de Luís Falcão acerca de ter bons cavalos é certamente verdadeira pois, após a sua morte, um dos seus cavalos irá pertencer a D. Álvaro de Castro: «comprou o capytão por duzemos pardaos e cavalguou hũa ves nelle e lhe affyrmo em que não cavalgaraa mais nele. He hũ cavalyinho ruzilho quasi alvo muyto doudynho». Cf. *Colecção S. Lourenço*, vol. 2, p. 81.

<sup>89</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 38, fol. 25.

<sup>90</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 38, fol. 14.

pólvora e que guarda a chave do local onde a tem armazenada, junto da sua cintura, mostra-se satisfeito com as vitórias de D. João de Castro: «vosa senhoria não queyra mays dinheiro nem provymentos pera esta fortaleza que mandar cada quynze dias hũa guallveta com cartas de suas gramdes vytoreas»<sup>90</sup>. Outra alegria consistiu na tomada de Adem pelos «harabios», em 1547, após quase dez anos de domínio turco. Tal notícia, recebida com júbilo, fez Luís Falcão meditar nos eventuais problemas daí decorrentes, pois os turcos necessitavam de passar pelo Estreito para se deslocarem a Meca: «ho turco allem de ser muy nojo saber nova tomada d'Adem e nessa mesma ora a-de prover no Estreito pera caussa de Meça e de sua romaria porque hos romeiros nom amde housar de navegar com temor das nossas armadas»<sup>91</sup>.

Luís Falcão não chegou a cumprir os três anos de que era provido como capitão de Diu, pois em 1548 foi assassinado quando repousava com o seu filho à lareira, depois de ter tomado a ceia: «apontaram da banda de fora da porta com huma espingarda nelle, e tomando-o pela cabeça, deram com elle morto no chão, e acudindo os seus aos gritos do menino, acharam já o capitão morto»<sup>92</sup>. As razões para tal acto, pelo menos a motivação mais directa, e o autor do crime, não se descobriram sendo levantadas algumas hipóteses uma vez que as inquirições tiradas após a morte nada conseguiram apurar. Gaspar Correia considera a morte do capitão de Diu o castigo pelas injúrias feitas a outrem, quer em Ormuz quer em Diu<sup>93</sup>. Opinião semelhante é a de Simão Botelho, que encara tal morte como um acto de vingança: «mandou Luis Falcão cinco mill pardaos ao governador Garcia de Saa, tanto que soube que hera governador, do dinheiro de vosa alteza, e por yso se deixou d'acabar de pagar aos soldados e casados, de que se tem mais sospeita»<sup>94</sup>. Outra hipótese é apresentada pelo genealogista Cristóvão Alão de Moraes que

---

<sup>91</sup> ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 38, fol. 17 v e ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 36, fol. 114.

<sup>92</sup> Diogo do Couto, *op. cit.*, década V, Liv. 7, cap. 2, p. 80.

<sup>93</sup> Gaspar Correia, *op. cit.*, vol. 3, p. 668.

<sup>94</sup> «Cartas de Simão Botelho», in *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1868, p. 15.

apresenta tal assassinato como uma vingança pessoal de Manuel de Sousa Sepúlveda, pois Luís Falcão teria pretendido casar-se com D. Leonor, filha de Garcia de Sá, de quem Sepúlveda estava enamorado e com quem veio a casar, acabando a família num naufrágio, célebre episódio da história trágico-marítima<sup>95</sup>. Nunca se chegou a ter nenhuma certeza e apenas alguns anos mais tarde, quando era governador Francisco Barreto, faleceu em Bengala um mulato chamado João Leite, que confessou o crime quando estava prestes a falecer<sup>96</sup>.

Foi este o fim de Luís Falcão, um homem que embarcou para a Índia jovem, deu combate aos turcos, foi capitão de duas fortalezas e, durante toda a sua vida, teve atitudes susceptíveis de crítica. Procurou, através duma prosa hábil e com recursos a comparações históricas, reveladoras da sua cultura<sup>97</sup>, iludir D. João de Castro, que esteve sempre ao corrente da situação. Obteve perdão do governador para os seus actos e tendo tido possibilidades de se redimir não aproveitou tais oportunidades, vindo a ser assassinado. Triste fim sem glória nem heroísmo próprio duma vida sem esses dois valores tão em voga na época.

*Isabel Maria Ribeiro Mendes*

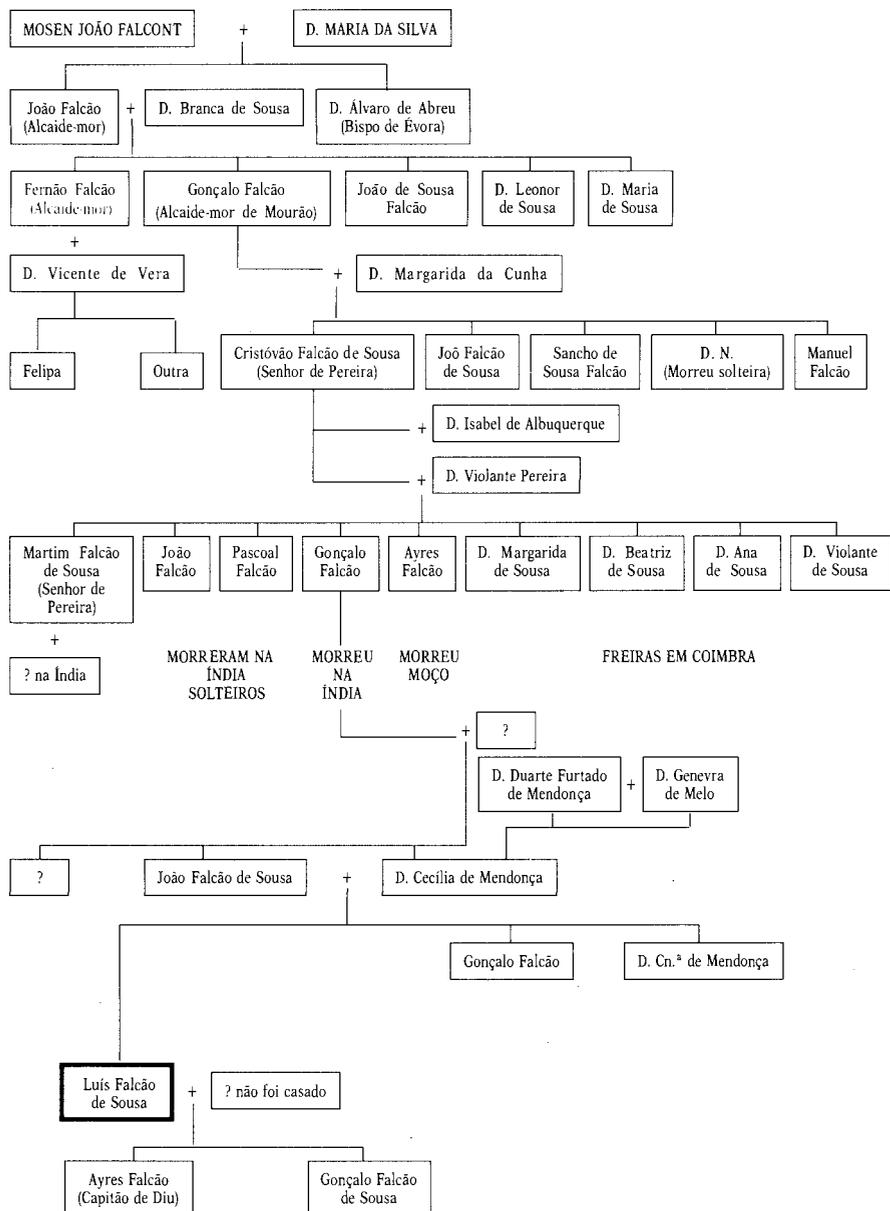
---

<sup>95</sup> D. Cristóvão Alão de Morais, *Pedatura Lusitana*, tomo I, vol. II, Porto, Livraria Fernando Machado, s.d., p. 676.

<sup>96</sup> *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. 1, p. 589.

<sup>97</sup> Por várias vezes, o conjunto epistolar escrito por Luís Falcão é revelador do seu conhecimento da História, pelo menos das figuras mais notáveis. Note-se que não se refere apenas a História nacional, pois numa das cartas dá um exemplo com Álvaro de Luna e em outra com a história de Roma. Cf. ANTT, Casa Forte, est. 1, prat. 8, n.º 38, fols. 15, 17, 17v e 25.

## FALCÕES



Fonte: D. Cristóvão Alão de Morais, *Pedatura Lusitana*, tomo 1, volume 2, Porto, Livraria Fernando Machado, s.d., pp. 674-676.